

ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

Sumário

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Refere-se à campanha da fraternidade 2013.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Ressalta a onda de atentados em nosso estado.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Aborda o Decreto estadual n. 1.357.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Tece considerações sobre o Carnaval em Santa Catarina; registra os atentados ocorridos no estado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra os atentados que estão ocorrendo no estado.

Partidos Políticos

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda projeto de lei, de sua autoria, sobre contratos de locação de imóveis estaduais; questiona a lei de internação involuntária para usuários de drogas.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Refere-se aos ataques ocorridos no estado; comenta os problemas do Magistério; reporta-se à violência doméstica.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra problemas na área da Saúde.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se a problemas no sistema de telefonia de Porto União.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Comenta o auxílio-moradia pago aos deputados.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Refere-se à implantação do curso de Medicina em Araranguá.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda o Fundo da Criança e do Adolescente.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Manifesta-se contrário à Moção n. 0001/2013.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda a transparência na locação de imóveis por órgãos públicos; refere-se aos ataques no estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, aproveito a manhã desta quinta-feira para dizer que no dia de ontem a CNBB, Conferência Nacional de Bispos do Brasil, apresentou o lançamento da Campanha da Fraternidade que, não temos dúvida, vai nortear todo um debate e profundas reflexões em torno da temática Juventude.

Lembro que no ano de 1992, basicamente há 20 anos, a igreja trouxe essa mesma temática em debate à sociedade brasileira, tendo como lema a igreja e as pessoas de boa vontade se comprometendo com a juventude como agente de uma nova evangelização e como força transformadora da igreja e da sociedade.

Colocando dessa forma e atribuindo à sociedade como um todo a grande responsabilidade de assumir profundamente um compromisso com essa significativa parcela da sociedade, que é a juventude. Ao mesmo tempo, há o compromisso de fazer com que o jovem se torne o agente, o sujeito do processo libertador, transformador da sociedade na qual está inserido, e, claro, dentro sempre de uma perspectiva evangelizadora e missionária.

Neste ano, sabiamente, mais uma vez a igreja traz presente essa profunda e séria temática que é A Fraternidade e a Juventude, inspirada num dos livros da Sagrada Escritura, mais propriamente o livro do profeta Isaías 6:8, cujo lema se traduz: "Eis-me aqui, envia-me". Na verdade, trata-se de sentir e perceber a presença do jovem e também enviá-lo para uma grande missão libertadora e transformadora na sociedade em que está inserido.

É uma temática que vai nortear, como disse logo no início, debates e reflexões dentro e fora da

igreja e na sociedade como um todo, porque suscita uma atenção dobrada e específica no sentido de estarmos juntos nessa grande e importante caminhada proposta neste ano pela igreja ou pela Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros.

Dentro dessa temática quero fazer, deputado Joares Ponticelli, um convite especial, pois estaremos nesta tarde reunidos com o nosso arcebispo metropolitano, d. Wilson Tadeu Jönck, para pensar e organizar uma sessão especial que será realizada no próximo dia 4 de março, nesta Casa, quando a Assembleia Legislativa estará fazendo essa reflexão e trazendo essa importante discussão para dentro deste Poder. Entendo que é um espaço estratégico e importante para debater temáticas como esta que envolve a grande e importante camada da sociedade, que é a nossa juventude, para tentarmos percebê-los e senti-los como sujeitos desse processo.

O jovem é o momento, o presente, ele precisa de ações específicas para poder de fato fazer com que seus talentos, suas qualidades possam contribuir e ajudar nas mudanças profundas e necessárias que a nossa sociedade como um todo precisa.

Portanto, fica o nosso convite para essa importante sessão que estaremos realizando no dia 4 de março, às 19h.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas presentes nesta manhã de quinta-feira.

Ontem, no final da minha fala, conversei um pouco acerca da situação de ofensiva da

marginalidade no estado de Santa Catarina, ou como tem sido chamada pela imprensa, essa nova onda de atentados contra a sociedade catarinense feita por marginais, mais diretamente contra veículos do transporte coletivo, ônibus; mas também contra outros alvos, inclusive veículos particulares e, quem diria, veículos estacionados ou depositados dentro do Palácio do governo, como aconteceu no último final de semana.

Falei também que, em linhas gerais, o estado precisa sair da defensiva e adotar uma postura ofensiva com relação à criminalidade. E quando falo estado não estou me referindo apenas ao Poder Executivo e suas instituições, por óbvio, falo em todos os poderes, inclusive este Poder Legislativo que, como dito e feito, desde o dia 1º de fevereiro está à disposição do governo e da sociedade para participar do debate que leve a uma solução, como tem expressado algumas vezes o nosso presidente, deputado Joares Ponticelli. Refiro-me também a poderes como o Judiciário e o Ministério Público, especialmente esses poderes precisam ter um papel destacado e importante para viabilizar que as instituições de segurança do Executivo possam efetivamente fazer o trabalho necessário dentro da lei.

Evidentemente, precisamos atuar conforme a lei, mas usar todos os mecanismos que a lei permite para que possamos avançar e mostrar a todos que queiram ver e ouvir que o estado de Santa Catarina não perdeu e não vai perder o controle da situação. Para isso é fundamental que haja uma posição uniforme dentro do próprio Poder Executivo, entre todos, às suas instituições e órgãos. Um deputado de Oposição, deputado Silvio Dreveck, tem visto com tristeza que algumas vezes os diversos órgãos de segurança, diversas instituições, estão preocupados ou mais preocupados em achar uma justificativa e atribuir a responsabilidade a outro órgão chamado coirmão. Não, isso é culpa da secretaria da Justiça, meu serviço

estou fazendo. A responsabilidade é da Segurança Pública, da Polícia Militar, da Polícia Civil. Isso levará ao caos.

Tem sido falado e alguns jornalistas me ligam e perguntam se eu não acho que têm que ser trocadas algumas autoridades destas instituições a que me referi. Tenho dito, como deputado de Oposição, que se existe a vontade, a intenção do governo de trocar, que não o faça agora porque isso dará mais um ponto para a marginalidade. Aí acalma a situação e voltamos ao período de tranquilidade. Período de tranquilidade até que os marginais fiquem descontentes por algum motivo. Ou até que as suas vontades não sejam realizadas.

Aí vamos nós aqui refletir o que significaria o estado de Santa Catarina fazer a vontade de bandidos. Alguém pode imaginar o que seria fazer a vontade de bandido? Significaria ficar refém do crime organizado ou do crime desorganizado. Essa para mim não é a principal questão, se o crime é organizado ou desorganizado. O fato é que faz alguns anos que eles estão tendo a ousadia de atirar contra policiais e executar policiais e agentes de segurança e agora, porque dá mais ibope, colocar fogo em ônibus.

Existe outra frase sobre a qual podemos refletir bastante: Dá mais impacto colocar fogo em ônibus do que matar policial! Isso já significa bastante em termos da valorização que a sociedade e o estado têm dado aos servidores da segurança pública. Executaram um agente prisional no segundo semestre passado, mas parece-me que colocar fogo em ônibus dá mais visual. Claro, matar agente de segurança e matar policial também cria uma reação diferente e perigosa, permitam-me dizer, para todos os lados.

Mas, enfim, voltando ao miolo do argumento, não dá para o estado de Santa Catarina ficar refém da marginalidade, fazer a vontade de preso, a vontade de bandido, seja ele preso ou solto. Temos que fazer esse combate agora, postergá-lo significa dar mais

força para eles, porque um dia vamos ter que fazer, um dia o estado de Santa Catarina terá que fazê-lo. E fazer esse combate talvez não seja muito dócil.

Vejo com otimismo as últimas notícias do final do dia de ontem para hoje. Tenho buscado as autoridades, todas elas, de todos os níveis, para, inclusive, expressar a minha solidariedade, a nossa solidariedade de deputado da Oposição - que é Policial Militar, hoje na reserva remunerada só por contingência da lei, só por isso, porque eu voltaria amanhã ou depois, mas por contingência da Constituição Federal não posso voltar -, para dizer que precisa haver um posicionamento uniforme das instituições do Poder Executivo, e que a partir disso o governador, em pessoa, precisa fazer contato com os presidentes e chefes dos outros poderes, para estabelecer um procedimento uniforme entre os poderes do estado de Santa Catarina.

O Poder Judiciário, o Ministério Público precisam destacar em seus quadros pessoas que possam acompanhar o cotidiano do trabalho policial nas ruas, e o trabalho do sistema prisional dentro dos presídios. É preciso que haja ação uniforme, é preciso que nenhuma instituição recue do seu dever constitucional de proteger a sociedade, e que as intrigas entre instituições e as vaidades sejam deixadas de lado.

A partir disso, e tendo esse entendimento, não vejo em absoluto qual seria o problema de pedir, aceitar, abraçar e acolher com carinho a participação da Força Nacional em Santa Catarina, mesmo sabendo que, por óbvio, a Força Nacional vai agir sob o comando de uma autoridade designada pelo governo federal, pelo Ministério da Justiça. Mas se tiver um projeto, uma estratégia do estado de Santa Catarina, que possa ser discutida e acordada com o Ministério da Justiça, com certeza pode-se fazer muito mais do que tem sido feito.

Claro que são necessários recursos para contratação de mais pessoal, pagamento de mais hora

extra, de mais diária e convocação de pessoal da reserva remunerada. Por que não? Os companheiros estão se apresentando de forma voluntária para trabalhar, deputado Joares Ponticelli, no dia de folga, ou até aposentados estão se apresentando para dizer que querem ajudar. Então, os servidores querem trabalhar porque sabem que esse combate não pode ser perdido, nós temos recuado há muito tempo.

É preciso que o estado se organize, se feche, realize um acordo entre os diversos órgãos do Poder Executivo e a partir daí com outros poderes, e tome uma posição uniforme, contundente e ofensiva, vá à raiz do problema para desorganizar o crime organizado, ou desorganizar mais ainda o que já é desorganizado. Somente reagindo ofensivamente é que se pode fazer isso, do contrário ficaremos cada vez mais reféns dessa situação já lamentável. E dentro desse acordo, dessa estratégia, desse trabalho, sim, com certeza, sem medo de ser policial, o nosso apoio às autoridades que estão na linha de frente ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, estimados catarinenses, assomo à tribuna nesta manhã para continuar repercutindo um assunto que já foi bastante comentado e debatido ontem, tanto nos bastidores quanto nesta tribuna, que diz respeito à edição do Decreto Estadual n. 1.357, de 28 de janeiro de 2013, pelo governo de Santa Catarina. Tal decreto alterou o regime de tributação sobre as micro e pequenas empresas, "obrigando-as ao recolhimento antecipado da diferença do imposto estadual no caso de mercadorias adquiridas fora de Santa Catarina".

Este assunto tem dado grande repercussão e grande margem, inclusive, para revolta, especialmente das micro e pequenas empresas de nosso estado, pois veio na edição desse decreto um aumento da carga tributária catarinense. Tenho em mãos cópia de mensagem enviada pela CDL de Concórdia que, a exemplo de outras entidades, tem-se manifestado no assunto.

É interessante destacar aqui sobre as operações efetuadas de fornecedores de outros estados da Federação o seguinte: "deverão as empresas catarinenses não optantes pelo regime do Simples Nacional recolher a diferença da alíquota do ICMS no ato da compra". No regime anterior as empresas já recolhiam essa diferença, porém isso ocorria no ato da venda. Ao contrário do que está sendo exigido pelo atual decreto, que obriga o recolhimento do imposto sobre mercadorias que nem se sabe se vão ser vendidas.

(Passa a ler.)

"No caso das empresas optantes pelo Simples Nacional, a penalidade que o decreto traz é muito maior, ou seja, cria mais imposto, pois essas empresas estão enquadradas em regime tributário que permite o recolhimento de todos os seus impostos em guia única. Portanto, essa diferença agora exigida não existia".

Se não existia, sr. presidente e srs. deputados, trata-se de aumento de carga tributária, o que tem sido extremamente repudiado pela sociedade catarinense e brasileira. Sabemos que os impostos, que os tributos são necessários para manutenção dos serviços públicos de saúde, de educação, de rodovias. A boa aplicação desses recursos é importante, é fundamental, mas o aumento da carga tributária neste momento mostra-se na contramão do esforço nacional que tem sido feito, a exemplo do que se fez com a energia elétrica, em que foi feito todo um esforço nacional, apesar da resistência de algumas companhias estaduais, encampado diretamente

pela sra. presidente da República para baixar as tarifas da energia elétrica, mas vemos atos aumentando a carga tributária.

Portanto, nos somamos àqueles que entendem que deva ser revisado esse decreto, para que não se ocasione esse aumento de carga tributária.

Pelas repercussões desta Casa ontem e hoje, por aquilo que está acontecendo e pelas manifestações que estamos recebendo desta Casa, tenho certeza de que este ato será revisado. Mas acho estranhas duas questões. Primeiramente o ato de dizer que era para ir pessoas lá, mas não muita gente, uma comitiva, somente uma ou duas pessoas. Entendo que quem está no governo não tem que ter medo de conversar com as pessoas, porque isso é o mais importante. O diálogo é fundamental, não importa se é com uma, duas, dez, 20 ou 30 pessoas. Aliás, às vezes quanto mais pessoas melhor, porque é mais representativo.

O outro ponto é que, segundo informação que temos, esse assunto será tratado numa reunião no dia 26 deste mês. Ora, um assunto como este, que está fervilhando pelo estado inteiro, comportaria perfeitamente uma antecipação dessa agenda para que fosse tratado de forma imediata no intuito de buscarmos uma solução consensual entre o governo, as lideranças empresariais e políticas.

Então deixamos aqui, sr. presidente e srs. deputados, o nosso apelo para que esse assunto seja tratado com rapidez e eficiência para que possamos conversar e rever esse ato que está provocando grande revolta na sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, sras. e srs. deputados, quero falar sobre coisa boa.

(Passa a ler.)

“Um dos setores que mais cresce no mundo é a economia criativa. O Carnaval é o maior exemplo de economia criativa.

Economia criativa são atividades nas quais resultam indivíduos exercitando a sua imaginação e explorando seu valor econômico. Pode ser definida como processos que envolvam criação, produção e distribuição de produtos e serviços, usando o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual como principais recursos produtivos.

Domênico De Masi, pensador e sociólogo italiano, não se cansa de sublinhar o extraordinário potencial criativo do povo brasileiro.

O Carnaval é uma manifestação da criatividade popular que une tradição, costumes e identidades regionais. Governantes que apostam nesta riqueza cultural acabam contribuindo para o incremento do turismo, fortalecendo a economia e gerando empregos e renda.

Entretanto, De Masi alerta: ‘em países como a Espanha e a Itália o turismo representa cerca de 10% do PIB, enquanto no Brasil corresponde a apenas 3,7%.’

Este ano Joaçaba e Laguna disputaram o título de melhor Carnaval de Santa Catarina, mas outras cidades realizaram belíssimos espetáculos como, por exemplo, São Francisco do Sul, Rincão e Imbituba.

Estivemos em algumas cidades conferindo como o evento pode contribuir para o desenvolvimento das regiões. Em Joaçaba, o nosso presidente Joares Ponticelli assistiu ao desfile com o secretário de estado de Turismo, Beto Martins (PSDB); e em Laguna, estivemos ao lado do prefeito anfitrião, Everaldo dos Santos (PMDB), no desfile dos blocos.

Diante do que vimos estamos convencidos de que a economia criativa é um setor que merece incentivo e investimentos, pois o retorno é comprovado. Laguna, por exemplo, recebeu mais de 300 mil pessoas, lotando hotéis, bares e restaurantes.

Organizou um Carnaval ao estilo de Salvador e Recife, com segurança e diversão.

Joaçaba, por sua vez, promoveu um luxuoso desfile carnavalesco, unindo a Liga das Escolas, o governo do estado e a prefeitura municipal, em parceria com empresários da cidade e da região."

E o mais importante, a iniciativa privada, a população incorporou na essência o Carnaval de Joaçaba participando com recursos próprios, inclusive, porque o estado contribuiu, aproximadamente, com 10% desses valores. Isso demonstra autossuficiência e uma expectativa promissora no incentivo de um Carnaval programado, planejado e que consagra, com certeza, um evento de grandeza do qual todos participam.

(Continua lendo.)

"Em suma, queremos relatar o benefício que representa para a sociedade catarinense o incentivo a eventos como o Carnaval.

Como diz o nosso presidente Joares Ponticelli: 'Em criatividade, tradição e cultura, Santa Catarina é pródiga. Devemos aproveitar este potencial'".

Quero, sr. presidente, nesses minutos que ainda me restam, agradecer a deferência do deputado Silvio Dreveck, que trocou a posição comigo, mesmo porque vamo-nos deslocar daqui a pouco para a secretaria da Agricultura onde haverá uma audiência com o secretário João Rodrigues e os prefeitos de Nova Veneza e Forquilha, em função da chuva de granizo que ocasionou uma série de perdas e danos na agricultura na nossa região. E por consequência os prejuízos são irreparáveis, mas vamos buscar o apoio do governo para tentar amenizar essa situação.

Na tarde de ontem, sr. presidente, fiz uma manifestação basicamente posterior ao deputado Jailson Lima com relação à questão da segurança. E recebi pela mídia a notícia, posteriormente, da presença do ministro e todo seu *staff* do governo federal na Casa d'Agrônoma para, juntamente com o governador Raimundo Colombo, o seu vice Eduardo

Pinho Moreira e toda a sua equipe de segurança do estado, montar as estratégias e ações a serem empreendidas para combater esse momento crítico que o estado de Santa Catarina vem vivendo nos últimos tempos.

Vejo com muita expectativa e observava ontem, deputado Sargento Amauri Soares - e v.exa. é do segmento militar e conhece as ramificações e as origens de toda essa situação, e coloca-se à disposição do governo para sugestões, até pelo seu conhecimento -, que nós precisamos realmente ter uma ação combativa, efetiva, eficaz, prática e objetiva. O Serviço de Inteligência é essencial nesse processo.

O deputado Jailson Lima falava de dois mil homens. Imaginem, dentro de uma ação integrada o Serviço de Inteligência do estado com o Serviço federal rastrear todos os meios de comunicação possíveis desses traficantes e a partir daí montar um planejamento tático de ação efetiva, indo lá na boca do fumo, inclusive, para realmente erradicar essa situação e tirar Santa Catarina dessa crise que está vivenciando.

Apesar de todos os esforços que estão sendo implementados, deputado Serafim Venzon, a Polícia está sendo reativa. É inadmissível que saia o ônibus e tenha que ir a escolta atrás desse ônibus! Em Criciúma, por exemplo, algumas fábricas estão tendo dificuldades em função do próprio deslocamento desses operários. Eles não têm o ônibus e não se sentem seguros para poder transitar.

Vejam o que fez Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro. Não é nenhum demérito para qualquer governo buscar o apoio e o serviço de Inteligência, se existe essa disponibilidade e essa tecnologia à disposição. E lá está! Em que pesem as vaidades que existem, e nós sabemos que existem, temos uma causa muito maior, que é causa comum, que é o bem-estar e a segurança da população.

E o que Sérgio Cabral fez lá, com o apoio do governo federal... Hoje, se fizermos uma pesquisa, vamos ver que ele saiu positivamente do processo. E quando se busca essa parceria de forma integrada, mesmo que não se obtenha o êxito, se divide o ônus e o bônus do processo dessa imagem.

Por isso, vejo com muita expectativa a presença do ministro e todo o seu *staff* do governo federal. Sei que estão trabalhando de forma integrada, mas é preciso aplicar com veemência e com vigor essa força disponível da Inteligência do governo federal, associada ao governo do estado, para que possamos, efetivamente, colocar Santa Catarina no destaque, como sempre foi, de um estado com potencial, promissor, que proporciona, através do seu povo e da sua gente, qualidade de vida e expectativa a todos que aqui se estabelecem e visitam.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Concedo a palavra ao deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham nesta sessão de hoje.

Eu não poderia deixar de também me somar aos demais deputados e ao deputado Jailson Lima que ontem usou a palavra em nome do nosso partido, da nossa bancada, e me pronunciar sobre a preocupação que ronda a sociedade catarinense.

Hoje pela manhã, deputado presidente Joares Ponticelli, estive num hotel conversando com uma funcionária que me falava de seu problema de vir lá de Palhoça trabalhar em Florianópolis de manhã.

Esse problema afeta toda a sociedade catarinense e, principalmente, a população mais pobre dos bairros mais distantes que precisa sair mais cedo para trabalhar nas mais diversas áreas, ainda mais

nesta época de temporada em nossa querida capital dos catarinenses quando toda a região está voltada ao turismo.

Assim, não posso deixar de me pronunciar como deputado de Oposição, pois assumimos um compromisso, e a sociedade catarinense nos elegeu para estar aqui cobrando ações, compromissos, inclusive de campanha do governador Raimundo Colombo e de toda sua equipe. Portanto, temos um compromisso de estar aqui representando a sociedade catarinense e cobrando soluções. Não é possível que a sociedade catarinense continue com esta preocupação, principalmente agora, com o início das aulas. Qual é o pai que não se preocupa quando o filho vai para a escola e corre algum risco, inclusive de vida?

Então, estamos nesta situação, deputado Aldo Schneider! Vi sua matéria nos jornais acerca da preocupação que tem, sim, de somar forças. Neste momento o governo federal, o governo estadual estão empenhados e o próprio município está gastando recursos, que poderiam ser aplicados em outras áreas, em aluguel de carros e tal para poder ajudar. É importante somar esforços, mas esta soma, na minha avaliação, está vindo tarde, esta iniciativa teria que ter sido tomada antes. Todos os grandes meios de comunicação de Santa Catarina já noticiaram lá em novembro que a ordem de parar o ataque veio de dentro dos presídios. Não veio por domínio do estado, da segurança pública do nosso estado.

Isso é muito grave e já denunciávamos na época, como também estava claro, que iriam voltar os ataques, porque o nosso sistema prisional de Santa Catarina é extremamente corrupto. Não quero aqui condenar os nossos trabalhadores que muitas vezes trabalham em situações adversas, mas se entram informações para dentro dos presídios; se entram celulares para dentro dos presídios, de algum jeito chegam lá!

Portanto, desde novembro do ano passado até agora continuamos vivendo esta situação. Os presos

se organizando dentro dos presídios, ordenando ataques fora e não se consegue resolver esse problema. Precisamos reconhecer que a Segurança Pública deste estado não está dando conta. Agora, no que se refere a quais sejam os problemas de fato, aí, como dizem no interior, o furo é mais embaixo.

Nós já denunciávamos a falência, a crise da Segurança Pública no ano passado, quando propomos uma CPI para justamente apurar o que está ocorrendo na cúpula da Segurança Pública em Santa Catarina.

Sempre se discutia aqui que a segurança não pode ser partidarizada. Lembro-me, deputado Joares Ponticelli, que v.exa. trazia isso muito presente, que a segurança pública está acima dos Partidos. E parece-me que a situação continua a mesma. Então, isso precisa ser resolvido. Mas jogar o problema para outros...

Foi uma vergonha neste final de semana quando o governador foi à imprensa, nacional inclusive, e disse que a Força Nacional tem apenas 100 homens. Depois desmentiu. O próprio ministro foi à imprensa. Fica ruim para Santa Catarina. Nesta tribuna, um deputado também disse que são somente 100 homens. Precisamos de mais ações do governo. O governo está paralisado, demora muito para tomar decisões e a sociedade sofre com isso. E demora não somente quanto à segurança, em outras áreas estamos assistindo também a falta de firmeza para tomar decisões para de fato resolver os grandes problemas que Santa Catarina enfrenta.

Ir à imprensa dizer que não adianta o governo federal vir ajudar, a Força Nacional vir para cá porque tem somente 100 homens e depois ter que desmentir isso? O que inclusive foi falado ontem pelo deputado Jailson Lima, da nossa bancada. Felizmente, ontem, o ministro voltou para Santa Catarina e esperamos que agora as coisas comecem a andar, que essa questão seja resolvida, um problema que se agrava mais ainda com o início das aulas. Já

são praticamente 100 atentados, inclusive em municípios menores.

Até onde vai isso? O que está acontecendo de fato com a Segurança Pública no estado de Santa Catarina? Precisamos de ação, de decisão firme, de enfrentamento para que não aconteça nos próximos dias novamente que de dentro do presídio ordene-se parar os ataques e logo depois se retome tudo. Isso não pode mais ocorrer. Essa é a nossa cobrança, a nossa reivindicação.

A fala do secretário Antônio Gavazzoni foi muito infeliz no final de semana, quando disse que isso é um problema de acúmulo dos recursos pelo governo federal, que os estados ficam com pouco dinheiro. Posso até admitir isso, mas é necessário, primeiro, provar a boa gestão do dinheiro público. Estamos vivenciando situações gravíssimas, por várias vezes foram denunciados contratos super faturados na Saúde, no Diário Oficial do estado. Há muitos recursos mal aplicados que podem ser melhor gerenciados. Não adianta discutir aqui que os recursos devem ser mais bem distribuídos enquanto esses são mal aplicados e gerenciados.

Gastou-se R\$ 530 milhões de recursos públicos em 2012 para manter esse cabide de emprego de 36 secretarias Regionais. Isso, sim, precisa ser rediscutido, secretário Gavazzoni, para se tomar uma iniciativa. Entendemos que não é preciso acabar com todas as secretarias, mas que se discuta outra política, que sejam lá cinco, seis ou até 21, como é o caso das associações dos municípios, mas 36 secretarias Regionais para manter somente cargos políticos, e que hoje, praticamente, não têm mais função nas regiões, é somente para receber projetos, porque as coisas são discutidas mesmo nas secretarias centrais.

Esse é o grande desafio para Santa Catarina, tomar a iniciativa e realizar ações que realmente enfrentem essa situação que vive o povo catarinense; discutir bem a aplicação dos recursos públicos,

fazer uma gestão séria no estado e, além disso, discutir um bom projeto para o futuro.

Se não houver um bom projeto e apenas discutirmos no campo de manutenção do poder partidário e não do desenvolvimento seguro para este estado, com certeza viveremos outros momentos como estamos vivendo, infelizmente, neste momento, o que mancha a nossa história, a caminhada em nível de Brasil e de mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Inicialmente, gostaria de fazer um breve comentário sobre um projeto de lei que estamos dando entrada, nesta manhã, relacionado à publicidade das informações sobre contratos de locação de imóveis pactuados entre governo do estado, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do estado de Santa Catarina.

Ora, o art. 37 da Constituição é muito claro quando fala da eficiência administrativa ao dizer que precisa estar alicerçada em quatro pilares, a saber: legalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assim, esse projeto que estamos apresentando diz respeito basicamente à questão da publicidade no intuito de facilitar aos catarinenses o controle dos atos de administração.

Em síntese, para que os nossos telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e srs. deputados possam compreender a nossa intenção, o projeto propõe que quando o governo do estado, ou Ministério Público, ou Tribunal de Contas, mais especialmente o governo de Santa Catarina fizerem um

contrato de locação de imóvel - e isso acontece muito porque temos várias secretarias que não têm prédio próprio, principalmente as fora da capital, inclusive as secretarias Regionais -, deverão dar publicidade ao cidadão catarinense.

Como? Primeiro, mediante um extrato do contrato que deverá ser afixado em lugar visível, principalmente no quadro de editais para que se tenha uma fácil visualização com informações claras e precisas nos seguintes termos: o nome e qualificação do proprietário do imóvel com quem o governo está firmando contrato; as dimensões do espaço que está sendo locado, para que o cidadão que paga seus impostos saiba no que está sendo investido; qual a finalidade da locação, pois temos percorrido alguns municípios catarinenses onde o cidadão diz que há uma sala ou prédio que foi locado pelo governo e não sabe para quê; qual a vigência contratual e, principalmente, o valor do contrato. O cidadão catarinense precisa saber, sim, quanto está desembolsando por um espaço público para o governo do estado, que está sendo locado, para uma finalidade que cumpra de fato a proposta dessa contratação.

Entendemos que esse projeto de lei, de fato, assegurará a publicidade das informações referentes a contratos de locação de imóveis pactuados por órgãos e entidades da administração direta, e esperamos a acolhida deste Plenário.

Dito isso, sr. presidente, seguindo a esteira dos debates desta sessão, quero mais uma vez trazer a discussão sobre a segurança pública.

Deputado Joares Ponticelli, nosso presidente, mais uma vez parabenizo-o por sua iniciativa de astear neste Parlamento a bandeira do combate e prevenção às drogas. Agradeço sua acolhida para que possamos avançar no sentido de transformar a Frente Parlamentar em uma comissão permanente.

Tive a satisfação de ver publicado no jornal *Diário Catarinense* um artigo, de nossa autoria, sobre a lei da internação involuntária.

Essa é uma discussão que, queiramos ou não, teremos de fazer de uma forma bastante urgente em Santa Catarina.

O Rio de Janeiro implementou esta política. E recentemente o estado de São Paulo, deputado Joares Ponticelli, também o fez. Fica agora o questionamento da população catarinense de como a nossa secretaria de estado da Saúde, a secretaria da Segurança Pública e a própria secretaria de Assistência Social, enfim, o governo do estado vai encarar esta proposta.

Estava conversando com o deputado Maurício Eskudlark que é da área da segurança pública, e nós temos também as nossas inquietações e nossas dúvidas quanto ao projeto da internação involuntária, mas é fato. E eu disse no artigo que publiquei no jornal *Diário Catarinense*, da pesquisa realizada em 160 cidades do Brasil, que de cada dez catarinenses, nove pelo menos são a favor da internação involuntária. E todos dizem que alguma coisa precisa ser feita, especialmente em relação aos usuários de *crack* que, segundo pesquisa que fizemos em pareceria com a Senad, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do governo federal, chega a 50 mil o número de usuários de *crack*. Ou seja, em torno de 1% da população catarinense.

Aí fica o questionamento. Temos uma lei federal, aprovada em 2001, que possibilita uma internação involuntária. Aliás, são três tipos de internações previstas na Lei n. 10.216: a internação voluntária, que é com o consentimento expresso do usuário de drogas; a internação compulsória, que é uma determinação da Justiça e, finalmente, a chamada internação involuntária, quando o paciente se opõe a esta internação.

Ocorre, deputado Kennedy Nunes, que neste momento preside esta sessão, que as opiniões se

dividem entre os especialistas. Há um grupo de estudiosos e técnicos da área que alertam para as implicações éticas e legais de uma internação involuntária alegando, inclusive, que estaríamos, de uma forma ou de outra, maculando a liberdade garantida na Constituição.

Por outro lado, há os que advogam que a gravidade da situação de um dependente químico é razão suficiente para a internação involuntária.

Isso tudo está muito ligado ao tema que estamos discutindo aqui, a segurança pública. Vimos no noticiário desta semana que o responsável por um dos ônibus incendiados foi um garoto usuário de *crack*, adolescente, que recebeu o pagamento de R\$ 100, deputado Maurício Eskudlark para cometer esse ato de incendiar um ônibus. É verdade que quase sempre o viciado em *crack* não reconhece a necessidade de ajuda.

Em última análise, é evidente que as autoridades precisam, e aqui falo do estado, garantir a vida. Contudo, o tratamento involuntário tem que ser algo excepcional e essa é a minha opinião particular e não uma regra.

Acho que há todo um processo que precisa ser perseguido e observado quando se fala em internação involuntária: passando primeiro pelo CAPS, em especial o CAPS AD; a questão dos consultórios de rua que ainda são incipientes no estado de Santa Catarina, mas que precisam ser, de uma forma muito carinhosa, olhados pelas autoridades e ser fomentada essa parceria com o governo federal para depois chegarmos a tão discutida e debatida internação involuntária. Na verdade, na minha opinião, que já há 20 anos trabalho com dependentes químicos a partir de uma casa que fundamos, o Centro Terapêutico Vida, a decisão voluntária de se internar já faz parte do tratamento, deputada Luciane Carminatti.

Acredito que mais do que nunca precisamos investir, sim, na prevenção, e aí eu tenho

aplaudido, e tenho de fato feito comentários muito positivos ao Proerd, Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Mais de um milhão de catarinenses já passaram pelos cursos do Proerd da Polícia Militar de Santa Catarina, praticamente 100 mil crianças e adolescentes por ano. Acho que o Proerd precisa avançar na questão da família, trabalhando com cursos específicos para a família.

Mas passada à questão da prevenção, da repressão, por conta da Polícia Civil e da Polícia Militar, enfim, da Polícia de Inteligência, vamos chegar nesse outro patamar que é a internação. Digo e repito, não pode ser uma regra a internação involuntária, mas também não podemos descartá-la, o mais importante quando se fala em tratamento e reabilitação de dependentes químicos, como tenho dito, é que a decisão do dependente químico certamente significa uma grande parcela da vitória sobre a dependência química.

Era isto, sr. presidente, obrigado pelo espaço.
Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos. V.exa. tem toda razão com esta preocupação, está atento e à frente em todos os momentos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra aos deputados do PMDB.

(Pausa)

Não havendo parlamentares do PMDB que queiram fazer uso da palavra, o próximo espaço é destinado ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, as sras. deputadas, os

srs. deputados, todos que acompanham esta sessão, e nesta minha primeira manifestação do ano de 2013, em primeiro lugar, lamentar o que está acontecendo no nosso estado. Confesso que, hoje, ao ler os jornais, fiquei muito triste quando percebi que tivemos que esperar o ministro da Justiça vir ao nosso estado para selar o apoio no trato dessa questão tão delicada que é a segurança pública.

Lamento também que tudo isso poderia ter sido evitado quando em novembro do ano passado tivemos a primeira onda de ataques. E isso afeta toda a nossa sociedade. Para se ter ideia, hoje pela manhã os motoristas da capital estão reunidos para decidir se paralisam as atividades em função da insegurança que estão sentindo. É uma pena termos chegado a esse ponto. O ano letivo se inicia no dia de hoje e, como professora, espero e desejo muito que isso não chegue aos ônibus escolares, porque seria uma tragédia.

Este governo está lento demais, devagar demais e não está dando a devida importância aos problemas do nosso estado. Quando falo dos problemas do nosso estado, quero dizer que com 97 ataques em 30 cidades, pode-se pressupor o que está envolvendo essa questão da segurança pública. Talvez a falta de valorização dos profissionais. É lamentável o número de inscritos nos últimos concursos da Polícia Militar, vai acabar tendo concurso e não teremos inscritos para os cargos.

Quero destacar a vinda para a nossa cidade da Força Nacional, e temos o Exército também. No extremo oeste, por exemplo, temos a presença do Exército em São Miguel d'Oeste. Esses profissionais podem muito bem estar nas ruas garantindo a segurança.

Além disso, além do número de policiais, desse aparato todo, temos que investir na inteligência e na integração das polícias. E quero destacar aqui uma ação que talvez tenha passado despercebida que se refere à segurança pública em nosso estado, ou

seja, ao convênio que foi firmado em 24 de agosto do ano passado, que trata da estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras, o Enafrom, um programa nacional que envolve um investimento pesado na melhoria, na proteção e na segurança das fronteiras, deputado Ismael dos Santos. Nós sabemos que as drogas também entram nas cidades pelas fronteiras. Santa Catarina recebeu R\$ 21 milhões em agosto do ano passado. Esses recursos foram destinados por esse convênio somente para pessoal, estrutura de equipamentos, uniformes, viaturas, helicóptero para a polícia civil, comunicação, entre outros.

Então, já existe uma ação do governo federal que integra essas políticas na fronteira. Por que não utilizar essa experiência para fazer isso no estado? E, me perdoe o sr. governador, mas dizer que fica feio recorrer ao governo federal, não concordo. Feio mesmo é abrirmos o jornal, assistirmos televisão e vermos toda hora Santa Catarina em rede nacional envolvida nesses inúmeros atentados que colocam em risco toda a população catarinense. Isto, sim, é feio. Isto, sim, denigre a imagem do nosso estado. Além do que, somos uma nação, deputado Mauro de Nadal, e uma nação pressupõe um povo que se ajuda. E um povo que se ajuda também tem que ter governos que se ajudam.

Então, lamento muito, como deputada, que o governo de Santa Catarina tenha demorado tanto a reconhecer a fragilidade e a gravidade da situação. Também quero comungar com as palavras do deputado Sargento Amauri Soares que faz oposição nesta Casa, mas que teve uma fala muito sensata. Neste momento, precisamos buscar ajuda onde exista. Se existe no governo federal, temos que buscá-la lá. Governo federal, governo estadual e governos municipais têm a tarefa de resolver esse problema da segurança. Mas é importante dizer que na Constituição a responsabilidade sobre a segurança pública é do governo do estado.

Assim sendo, quero pedir ao governo que seja mais rápido nessas ações, porque nos perguntamos o que virá depois. Esta é a pergunta, acredito, de todos nós. O que virá depois desses ataques? O que irá acontecer? Então, esse sentimento de insegurança pode ser evitado se tivermos uma ação mais rápida quando acontecerem situações como essa.

Mas quero também trazer a esta tribuna a minha preocupação com um fato que tem sido notícia todos os anos, que diz respeito à situação das escolas estaduais de Santa Catarina com relação à valorização do Magistério.

O governo do estado anunciou este ano investimentos em ensino médio inovador para 95 escolas, o pacto nacional de enfrentamento à alfabetização, ao analfabetismo até os oito anos de idade, que hoje ainda afeta muitas crianças em Santa Catarina. Também foi anunciada a destinação de R\$ 450 milhões do BNDES para recuperação e manutenção das escolas estaduais.

Há o debate, mais uma vez, com relação ao piso do Magistério que este ano passa a ser de R\$ 1.567,00 para a carreira inicial. E mais uma vez percebemos o grande desafio que está sendo colocado para 2013: a valorização da educação em nosso estado.

Quero pedir ao governador e ao secretário da Educação que levem a sério o diálogo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação e que estabeleçam prazos mais curtos para pagamento do piso da carreira e para que as leis possam vir a esta Casa, de fato, mais organizadas, dialogadas e consensuadas com o Magistério Estadual para que não tenhamos que repetir o que aconteceu em 2011, quando esta Casa teve que ser palco de um episódio muito triste, que ainda faz parte da memória dos educadores de Santa Catarina.

O magistério entrou em greve para recuperar o piso na carreira, garantir escolas mais decentes, para assegurar aos nossos estudantes educação de

qualidade, e garantir atendimento em tempo integral com projeto pedagógico discutido com as comunidades escolares.

Temos que discutir o tempo de permanência dos alunos nas escolas e não, simplesmente, colocá-los durante sete, oito horas num banco escolar sem que haja uma escola adequada e com projetos educativos decentes.

Por exemplo, deputado Ismael dos Santos, temos convivido com o problema das drogas. E o que as escolas de ensino médio farão com relação a esse tema? Esse é um debate que temos que fazer, senão iremos encher as escolas com mais matérias, mais disciplinas e os alunos vão se evadir ou procurar instituições que não ofereçam atendimento em tempo integral para terem condições de trabalhar e estudar.

Então, o debate do tempo integral é muito delicado e precisamos fazê-lo com muita seriedade, caso contrário, aquilo que é uma proposta bonita, séria e ousada para a educação nos dias de hoje, acabará sendo um problema para os educadores, pais e alunos.

Então são essas as propostas para a educação: educação em tempo integral, recuperação das escolas e valorização dos profissionais na área da educação. Outro grande tema que quero abordar, principalmente agora que assumi a bancada feminina nesta Casa, este ano, e que está muito forte em nosso estado, diz respeito à violência doméstica. Mais uma vez temos que exigir que o estado tenha orçamento, estrutura e condições de garantir que em todas as regiões de Santa Catarina possamos contar com delegacias especializadas, profissionais qualificados, casas-abrigo, centros de referência e uma ação articulada por parte da coordenadoria estadual para as mulheres que enfrentam esse drama.

Então, são esses os grandes desafios apontados neste momento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do vereador Fabrício Dalcastagné, de Timbó, que está no exercício do seu primeiro mandato. Desejo-lhe uma boa estada nesta Casa!

Com relação à visita do ministro da Justiça a Santa Catarina, penso que o governo do estado e o governo da união estão fazendo o seu papel de dar segurança à sociedade brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, ontem eu abordei o problema da saúde em Santa Catarina, e que se repete no Brasil inteiro.

Uma empresa de consultoria, a Roland Berger, que fez uma análise dos hospitais no estado e dos gastos com a saúde, levantou que 79% dos atendimentos acontecem em hospitais conveniados e que 21% ocorrem em hospitais próprios do governo do estado, sendo que nos atendimentos que acontecem em hospitais públicos são pagos exatamente quatro vezes o que se paga para a rede conveniada. Ou seja, nos hospitais do padre, da freira, nos hospitais ditos particulares - e que não são particulares, mas de comunidades, que pagam impostos e depois são chamados novamente para bancar o hospital -, o SUS paga um valor. E quando o governo faz o mesmo

procedimento, ele gasta quatro vezes aquilo que é gasto lá.

Mas isso não acontece somente em Santa Catarina. Isso acontece no Brasil inteiro. E para não dizerem que apenas eu estou falando isso, saibam que o presidente do Conselho Federal de Medicina fez um artigo com o seguinte tema: As Falsas Promessas na Saúde. Entre as falsas promessas na saúde ele coloca justamente uma reação ao governo federal de importar médicos de outros países - de Cuba e do Haiti, pois os médicos certamente desejam sair desses países já que no Brasil é melhor - para fazer atendimento médico aqui no Brasil, principalmente no interior, porque o médico não fica lá.

Ocorre que o ministério até hoje não assumiu o *mea culpa* de dizer à nação brasileira por que o médico não fica em cidades do interior como Rio do Sul, Joaçaba, São Miguel d'Oeste, Chapecó? Por que ele não fica lá e quer vir para Joinville, Blumenau, Florianópolis ou Itajaí, mas de preferência Florianópolis? Praticamente a metade dos médicos mora na grande Florianópolis. Por que será isso?

Quero fazer um pedido ao secretário da Saúde, e sei que ele não é o culpado. O SUS é uma estrutura tão complexa que nem o governador manda na saúde. Os governadores de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul não mandam na saúde - nem o nosso governador manda aqui e muito menos o secretário manda aqui. A estrutura do SUS é feita de tal maneira que o secretário da Saúde ou o governador podem ajudar hospitais de todas as cidades, se quiserem, e podem mandar o dinheiro, mas não fazem a gestão da saúde em nenhuma cidade, especialmente nas cidades que têm gestão plena. Eu gostaria que o secretário da Saúde viesse dizer aqui que ele manda na saúde de Itajaí. E quem manda lá? Itajaí tem gestão plena. São Bento do Sul, deputado Dirceu Dresch, lá também tem Gestão Plena. Pergunte ao secretário da Saúde o que manda, além de dinheiro,

para São Bento do Sul? Se ele manda em alguma gestão e em alguma realização de procedimento lá?

Então, há 25 cidades, poderia até numerá-las, e Brusque é uma delas que recebe dinheiro, mas o secretário não manda lá, o governador também não manda lá, em se tratando da saúde dos catarinenses. Não manda em Criciúma, em Tubarão ou em Lages, cidade do governador. Não é o governador que determina como fazer em relação à saúde, muito menos o secretário. Quem manda lá é a dita gestão plena que determina tudo que é para fazer, o resto são falácias.

A segunda questão que vou colocar aqui que impede a ação do secretário é o tal do credenciamento de alta complexidade, ou seja, medir pressão, dar injeção, dar o comprimidinho, atender o doente, aquela doença que se não fizer nada ela cura sozinha. Isso pode fazer em todas as cidades, até um charlatão pode fazer.

Agora, para fazer algum procedimento em um paciente, por exemplo, de câncer ou uma cirurgia ortopédica quando o paciente não consegue mais andar, ou uma cirurgia neurológica, um procedimento que poderá levar o doente a óbito, não pode fazer porque o SUS não dá o credenciamento para aquela cidade.

Não dá o credenciamento não é porque não há médico, não é porque a cidade não tem estrutura, tanto é que a Unimed faz atendimento, particular se faz atendimento, mas não se faz pelo SUS e não pode fazer de graça. Isso que é o pior, porque quando é de graça, se compreende que é pelo SUS e aí enfrenta-se um problema jurídico. Ou seja, em uma cidade como Rio do Sul, quem imagina que não dá para operar tumor de rins, uma vez que lá existem cinco excelentes urologistas? Não podem operar tumor renal porque se operar e tiver complicação, se for pelo SUS não pode, não tem autorização, se o médico ficar com pena da família e colocar outro diagnóstico para atender o paciente e houver uma evolução

insatisfatória, a família poderá processar o hospital e o médico porque aquele hospital e aquele cirurgião não têm o credenciamento do SUS para fazer esse atendimento.

Então, qual é a saída do médico? Dizer: "Olha, infelizmente não dá para fazer porque o SUS não paga aqui." De fato, o SUS não paga lá! Acharmos que é enrolação do médico, mas não é, é a situação!

Quero também informar ao secretário que o SUS inventou uma terceira maneira para impedir o atendimento no interior. Até alguns anos atrás, o SUS pagava a conta hospitalar parte para os médicos, parte para o bioquímico, parte para o hospital. O SUS sempre fez esse pagamento diretamente para os profissionais que atendiam os pacientes.

Agora, recentemente, inventaram mais uma maneira: a conta toda é paga para o hospital, ou seja, todos os hospitais conveniados estão com estruturas falidas, precisam usar todo o dinheiro que entra, e a primeira coisa que fazem é pagar os funcionários. O médico não é funcionário. O médico é credenciado. O médico recebe por procedimento feito nesses hospitais. O médico não é contratado, senão seria insuportável para ele.

Ora, a grande maioria dos hospitais, no ano passado, não pagou nenhum médico, ou seja, de fato, o SUS não paga o procedimento no interior.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, acompanhando parte desta sessão, da prefeita de Peritiba, Neusa Maraschini, acompanhada do vice-prefeito Valmor Bacca, que se encontram na capital, mantendo diversas audiências, reuniões e encontros, tratando de assuntos de interesse do seu município.

Desejamos boa estada à prefeita e ao vice-prefeito de Peritiba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Cumprimos a prefeita e o vice-prefeito de Peritiba e sejam bem-vindos a esta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP. Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna para falar de um assunto relativo a Porto União e aos municípios próximos com relação ao sistema de telefonia naquela região.

O município de Porto União tem o código 42, que por sinal é do Paraná, e dois distritos dentro de Porto União têm o DDD 47. Obviamente isso já é uma divergência, um conflito, uma vez que, com dois códigos dentro da mesma cidade, paga-se interurbano quando se faz a ligação de um código para outro. Já tentamos através de várias reuniões resolver esse problema, no entanto não conseguimos, não por falta de empenho da operadora, mas pelo fato de que a Anatel é que determina e toma a decisão nesses assuntos.

O que nos preocupa mais é que a Agência Nacional de Telecomunicações tem a intenção de fazer uma alteração que a princípio vê-se como benéfica, a unificação com o DDD 49. Mas, ao mesmo tempo, não vai ser assim, porque, em se passando para o DDD 49, pela relação que tem o usuário de Porto União com o código 47, essas ligações vão se tornar interurbanas. Porto União, seus distritos e adjacências hoje possuem e vão continuar com o DDD 47, e as ligações para os municípios vizinhos - Caçador, Calmon, Matos Costa, Irineópolis, Major Vieira, Canoinhas, Três Barras, Papanduva, Itaiópolis, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Mafra, Campo Alegre, Joinville - vão se tornar interurbanas.

Além disso, com essa alteração, os proprietários dos telefones teriam que fazer a alteração do número, e isso traria um custo para os mesmos, pois teriam que mudar as informações, tanto na indústria, no comércio, o prestador de serviço ou pessoa física. Por isso, estou me manifestando nesse sentido, ou seja, dando este esclarecimento para que as bancadas aqui da Assembleia Legislativa façam um apelo, um pedido aos seus respectivos deputados federais para que eles, junto à Anatel, façam essa reivindicação.

Quero crer que a Anatel deve ter feito uma avaliação geográfica, mas não tem informações de como funciona na prática, uma vez que o município de Porto União faz divisa com o estado do Paraná com o município de União da Vitória e aquela divisa não tem uma identificação muito clara, ora é o trilho do trem, ora é o rio, então, muito complexa para apenas olhar o mapa e tomar uma decisão.

Acredito que essa avaliação deve ser aprofundada, debatida, com o conhecimento da população de Porto União e também da operadora, que, na verdade, vai fazer aquilo que a Anatel determinar. Mas, reafirmamos e pedimos que todos nós, deputado Manoel Mota, as bancadas do PP, do PMDB, do PT, do PSDB, do PDT, de todos os partidos que têm deputados federais nos ajudem, não apenas a nós deputados, mas o município de Santa Catarina chamado Porto União, que fica no extremo do planalto norte, para que aquela população não tenha mais, além do custo, esse desconforto e problema que se vier a acontecer será muito sério.

Encaminharei esse problema aos deputados federais da nossa bancada, ao deputado Esperidião Amin, ao deputado João Pizzolatti, e temos também o coordenador da bancada catarinense, que poderá ser interlocutor junto a Anatel para esse estudo. Vamos fazer esse encaminhamento aos deputados federais, porque como a Anatel é uma agência nacional, vai depender de nossas ações em âmbito nacional e os

nossos deputados, como disse, certamente poderão ajudar para que Anatel reveja essa situação lá no município de Porto União.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados e sras. deputadas, o motivo que me traz a esta Tribuna é a polêmica com relação ao auxílio-moradia, que é um direito de todos os deputados que não têm domicílio aqui na capital dos catarinenses.

Fui deputado federal durante 13 anos e não tive nenhum constrangimento, deputado Manoel Mota, por receber tal benefício em Brasília, porque eu não tinha residência lá, pois não tinha residência. O deputado Serafim Venzon foi deputado comigo, pagava hotel e morava transitoriamente, porque não pretendia continuar lá.

Deputado Silvio Dreveck, terminando seu mandato v.exa. vai voltar para sua terra, assim como o deputado Manoel Mota, para Araranguá; o deputado padre Pedro Baldissera, para Guaraciaba, no extremo Oeste de Santa Catarina. É para isso que foi criado o auxílio-moradia, para que estes deputados possam, durante o seu mandato - que é transitório, não é permanente, ninguém vai ser deputado a vida inteira - pagar a sua residência aqui em Florianópolis. Assim é com o deputado Romildo Titon, de Campos Novos, que viaja toda semana para sua casa. E quando acabar seu mandato vai continuar, tenho certeza, pela sua vinculação histórica ao oeste de Santa Catarina, morando em sua cidade.

Não recebo auxílio-moradia não é para me diferenciar de nenhum deputado, não sou melhor nem

pior que qualquer deputado desta Casa, deputado Romildo Titon, é porque nasci aqui na Lagoa da Conceição, moro aqui na Lagoa, e a hora em que deixar de ser deputado, vou continuar morando aqui na Lagoa.

Então, não tem sentido eu receber auxílio-moradia. Mas defendo o direito dos deputados que não têm domicílio em Florianópolis receberem esse benefício, criado para esse fim.

Não é possível que critiquem o auxílio-moradia de uma maneira genérica, como se os deputados que não têm domicílio em Florianópolis não tivessem o direito de receber esse benefício. Sr. presidente, quero deixar bem clara essa minha posição.

Quero também, rapidamente, deputado Manoel Mota, falar um pouco da polêmica que envolveu a maricultura em Santa Catarina.

Tive a honra de, como prefeito desta cidade, em 1986, juntamente com o saudoso governador Pedro Ivo, sob a coordenação do Dorvalino Furtado, da Epagri, implantar o primeiro projeto de maricultura em Santa Catarina. E pela primeira vez ouvi um cidadão, e achei que ele era louco ao dizer: "Vou plantar dentro d'água."

Nós plantamos na terra, mas dentro d'água eu não sabia que se plantava. Aí lançaram o tal projeto Gaivota, com sementes de ostras numa gaiola de tela bem fina, e começaram a criar ostras e mariscos no litoral de Santa Catarina. Hoje a Grande Florianópolis é a região que mais produz ostras e mariscos na América do Sul.

Lamentavelmente, há 45 dias houve a polêmica do vazamento de óleo Ascarel, numa estrutura abandonada da Celesc, que segundo as informações cedidas à universidade federal de Santa Catarina, por falta de cuidado e pela violência que vivemos nos dias de hoje, acabaram rompendo o lacre, tirando o ferrolho que fechava aquele estabelecimento e vazou para o mar.

Prontamente a Fatma, sr. presidente, proibiu a produção e o consumo de ostras e mariscos em volta da área afetada, como uma medida preventiva, preocupada com a saúde dos consumidores de mariscos e ostras que são vendidos em todo o Brasil. A qualquer lugar que se vá, Rio de Janeiro, são Paulo, Brasília, eles fazem questão de dizer: "Essa ostra é de Santa Catarina." Isso nos orgulha muito, porque é uma marca do litoral catarinense.

Logo em seguida houve uma decisão, na minha maneira de ver, desastrosa, provocada por uma demanda do Ministério Público, quando um juiz - e temos que respeitar a decisão, mas posso criticá-la, apesar de ter de obedecê-la - proibiu o consumo de marisco em toda a região da Grande Florianópolis, causando um rebuliço enorme, uma preocupação generalizada para os produtores.

V.Exa. sabe, deputado Romildo Titon, que marisco e ostra já são produtos que a grande maioria das pessoas tem preocupação em consumir.

Por exemplo, na Espanha eu sei que as famílias dão sopa de mariscos para as crianças. Aqui no Brasil, quem não lembra que quando as pessoas vão comer mariscos tomam uma cachacinha para tirar o veneno do marisco? Às vezes é uma maneira de justificar para tomar cachaça. Mas é um costume que se tem aqui no litoral catarinense. Há uma preocupação muito grande com o marisco, se faz mal ou não.

Então, foi muito difícil fazer com que as pessoas consumissem esses produtos, principalmente marisco e ostra, com segurança, com tranquilidade, porque de repente chega uma decisão judicial dessas, que na minha maneira de ver foi precipitada e causa preocupação, que fez estrago naquilo que se produziu por mais de 20 anos. Infelizmente ou felizmente, depois dessa decisão, voltaram atrás, houve um acordo com a Fatma e parece que a coisa está sendo encaminhada.

Mas acredito que esta Casa precisa, sr. presidente, fazer uma audiência pública envolvendo Ministério Público, os produtores de mariscos, o setor ambiental, Ibama e Fatma, para que possamos discutir, deputado Manoel Mota, com mais profundidade essa questão da maricultura em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que estão prestigiando o Parlamento na manhã de hoje.

Venho trabalhando há muito tempo no sentido de ser implantado o curso de Medicina no extremo sul de Santa Catarina, em Araranguá, e agora está mais perto de acontecer do que se imagina.

Iniciei em 2012, aqui neste Parlamento e no vale do Araranguá, um produtivo debate a respeito da implantação do curso de Medicina no campus da Universidade Federal de Santa Catarina de Araranguá, no extremo sul do estado.

Hoje, volto a falar no assunto que é de relevância para a nossa região. A procura por este curso na região é extremamente alta, infelizmente o número de vagas oferecidas pelas universidades não supre a grande demanda. Além disso, a Universidade Federal de Santa Catarina oferece ensino público e gratuito, nossa região ganhará, e muito, com esse novo curso, não tenho dúvida, pois o atendimento a essa reivindicação se reveste de relevância e seus benefícios serão imediatos.

Assim que esta Casa definir a Presidência e os membros que farão parte da comissão de Saúde, proporei uma audiência pública na cidade de Araranguá para aprofundar mais a discussão. Pretendo convidar, além da Universidade Federal de Santa

Catarina, as prefeituras municipais da região, as secretarias de Saúde dos 15 municípios do vale do Araranguá, os CDLs da região, a Associação Comercial da região, a Associação dos Municípios, os secretários Regionais, enfim, todos os envolvidos nesse fundamental assunto.

O sul do nosso estado, assim como a nossa região serrana, é uma das regiões mais pobres do estado. Por isso, precisamos trabalhar muito e fazer com que haja equilíbrio no desenvolvimento, equilíbrio em investimentos, equilíbrio de força, nosso estado não pode investir mais em algumas regiões e menos em outras.

Portanto, o sul do estado precisa de muito investimento, e eu tenho a honra de representar essa região por mais de 30 anos. Evidentemente, tenho a grande responsabilidade de, juntamente com meus pares daquela região, trabalhar, desenvolver, buscar respostas e resultados.

Por isso, trabalhamos muito pelo porto de Imbituba, pelo porto de Jaguaruna, que está praticamente pronto; respondo a quatro processos na Polícia Federal por causa da BR-101; nos próximos dias teremos a licença da serra do Faxinal e vamos transformar o sul num verdadeiro potencial turístico.

Eu não sonhei, tenho convicção de que o governo do estado vai investir R\$ 50 milhões na Interpraias. Isso é fazer com que a nossa região seja um dos grandes potenciais turísticos de Santa Catarina. Vamos transformá-la na maior indústria que é o turismo, uma indústria sem chaminé, que não polui, que não gera fumaça, que traz desenvolvimento, que gera muito emprego e muita economia.

Vamos realizar uma grande audiência pública em Araranguá, para discutir essas questões. Primeiramente, a saúde, com relação ao curso de Medicina. Vamos discutir muito sobre isso. E há o hospital regional, o qual a Universidade Federal

poderá utilizar para que tenhamos um hospital universitário referência no sul do estado.

Então, é preciso trabalhar com garra, com determinação e lealdade por aquele povo e aquela região. Devo muito àquela gente que me elegeu por seis mandatos e com certeza, deputado Silvio Dreveck, irá me eleger para o sétimo. Assim sendo, tenho a obrigação de trabalhar além do meu limite. E às vezes trabalho além do meu limite.

Ano passado, trabalhei todo o mês de janeiro em Florianópolis para buscar a Cimolai, uma empresa importante para Santa Catarina. E em janeiro de 2013, acabei trabalhando todo o mês porque é preciso que a região não perca de vista as ações de investimento.

Tenho convicção de que os resultados já estão aparecendo e com certeza vão aparecer cada vez mais. É preciso um esforço de todos os parlamentares. Somos oito deputados, 20% deste Parlamento, para buscar força, buscar desenvolvimento, para fazer com que uma região que espera muito de nós tenha resultado e possamos nos orgulhar de onde nascemos, de onde vivemos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0028/2012, 0079/2012 e 0381/2012.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0417/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que dispõe sobre a redução do valor da taxa de inscrição em concursos públicos no estado de Santa Catarina, nos casos que especifica, e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A comissão de Saúde apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0322/2012, de Entidade Social.

A comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0335/2012, 0410/2012, 0537/2012, 0543/2012, 0605/2012, 0607/2012, 0632/2012 e 0644/2012.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0011/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar e 0012/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0034/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0035/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0036/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0037/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0038/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0039/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0040/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Moção n. 0001/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada aos presidentes da República, do Senado e do Congresso Nacional, manifestando apoio ao projeto que regulamenta o exercício da medicina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0001/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário da Administração, solicitando informações referentes à avaliação do imóvel objeto do Edital n. 01/2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Gostaria, sr. presidente, de registrar a presença nesta Casa do sr. Luis Pereira, vereador no município de Sombrio por mais de quatro mandatos.

É uma honra recebê-lo neste Parlamento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, na semana passada fizemos uma visita ao secretário estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação, João José Cândido da Silva, por quem fomos muito bem recebidos, naturalmente. Na ocasião discutimos algumas das ações que a referida secretaria está encaminhando, entre elas a questão do Fundo da Criança e do Adolescente - FIA.

Pois bem, o dr. João José Cândido da Silva marcou para hoje à tarde, às 14h, um encontro para o

qual convidou o gestor do FIA, padre Luiz Caon; um representante do Ministério Público; um representante do Tribunal de Contas do Estado; um representante do Tribunal de Justiça; o presidente da Alesc, deputado Joares Ponticelli - e aproveitamos a oportunidade para pedir-lhe que o representemos; o secretário da Fazenda, dr. Antônio Gavazzoni, e um representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, provavelmente a sra. Isa Maria de Andrade.

Destaco que há sete ou oito anos o FIA estava totalmente esquecido, tendo sido revitalizado no período em que ocupamos a pasta do Desenvolvimento Social, ocasião em que ganhou corpo. No ano passado, quando já ocupava a secretaria o dr. João José Cândido da Silva, começaram a ocorrer as doações.

Assim, como o FIA agora dispõe de recursos, nesse encontro que mencionamos será debatida a sua destinação.

Além disso, nos meses de março e abril próximos, os catarinenses, assim como todos os brasileiros, farão a sua declaração do Imposto de Renda, podendo contar com uma resolução baixada pela Fazenda Nacional, que permite a destinação de 3% do imposto devido justamente para o FIA.

Normalmente, cada brasileiro pode contribuir, no decorrer do ano, com 6% para o FIA. Contudo, no momento da declaração de rendimentos do exercício anterior, a contribuição para o fundo só pode ser de 3%. Supondo-se que o imposto devido seja de R\$ 100 mil, 3% desse valor darão R\$ 3 mil de contribuição ao FIA. Esse valor pode ser pago em duas guias: R\$ 97 mil para o Leão e R\$ 3 mil para o FIA. Se por acaso o cidadão já teve retido na fonte mais que o imposto devido, ou seja, mais de R\$ 100 mil, não há problema. Ele fará o depósito de R\$ 3 mil para o FIA e em seguida a Receita Federal devolver-lhe-á aquilo que pagou a mais.

V.Exas. são testemunhas do quanto se fala desta tribuna acerca da necessidade de investimentos na

criança e no adolescente, da necessidade de investimentos no combate ao tráfico e ao consumo de drogas.

A estrutura social mudou muito nos últimos anos. Quando éramos crianças, na grande maioria das famílias somente o pai trabalhava fora; a mãe ficava em casa cuidando das crianças, educando-as. Hoje, por inúmeras mudanças estruturais da sociedade, tanto os pais como as mães trabalham fora para aumentar a renda familiar e conseguir dar uma melhor qualidade de vida aos filhos. Com isso, as crianças desde pequenas têm que ir para a creche, e o poder público até tem atendido satisfatoriamente a essa necessidade social. Contudo, quando as crianças estão com dez, 12, 13 anos, um período elas passam na escola, mas no contraturno há poucas opções de atendimento. Essa garotada, então, ou fica na frente da televisão assistindo a enlatados ou vai brincar na rua, onde fica sujeita a todo tipo de risco, pois a grande maioria das cidades não conta com equipamentos sociais para atender a essa clientela.

Então, já que o poder público não tem dado conta dessa demanda, uma opção seria justamente que as ONGs que existem por este estado afora desenvolvessem projetos e programas destinados a essa faixa etária. Mas onde iriam buscar recursos? Junto ao FIA? Hoje não há recursos suficientes para isso! No ano passado entrou dinheiro, entrou dinheiro, entrou dinheiro, mas somando tudo deu R\$ 800 mil! Ora, isso é poeira para o tamanho do nosso estado.

Uma alternativa é uma resolução que o Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - editou no ano passado, que permite o desenvolvimento de projetos cancelados, ou seja, uma entidade apresenta um projeto para atender a um grupo de crianças através de atividades esportivas e artísticas, por exemplo. Sendo aprovado pelo conselho, o projeto pode receber recursos de empresários ou de quaisquer pessoas interessadas.

Então, sr. presidente, vejo isso como uma grande alternativa e espero que na tarde de hoje seja discutido esse tema também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero manifestar a nossa posição contrária à Moção n. 0001/2013 que foi aprovada há alguns instantes.

Não conhecia o conteúdo no momento em que v.exa. leu a ementa da moção. Fui verificar junto à assessoria e vi que se trata do Ato Médico, o pedido das entidades federais em apoio ao projeto do Ato Médico que está no Senado federal, e a nossa posição é contrária à aprovação do Ato Médico, inclusive, em virtude de tirar poderes quando definir que só o médico é autoridade, tirando poderes do assistente social, do psicólogo, do fisioterapeuta e dos enfermeiros que também são de nível superior e que, dentro do trabalho na área de saúde, têm também nas suas esferas específicas o seu poder que precisa ser mantido.

Portanto, nossa posição é contrária àquela moção.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito à assessoria da Casa que faça constar na ata o voto contrário do deputado Sargento Amauri Soares à referida moção.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, quero fazer uma saudação especial ao meu amigo Sérgio Inthurn, que foi meu colega no Bradesco, acompanhado de seu filho Serginho, que estão nesta assembleia. Quando fazia a faculdade de Direito em Itajaí, trabalhei no Bradesco e tive a satisfação de tê-lo como colega. Hoje ele está aqui fazendo uma visita a esta Casa, uma pessoa bem quista em Itajaí. Por esses dias tive a oportunidade de estar em sua casa, com sua família. Faço minha saudação.

Quero elogiar a iniciativa do deputado Ismael dos Santos com relação à lei para tornar totalmente transparente a questão da locação de imóveis em Santa Catarina por parte do governo do estado. Acredito que a locação pública, seja de municípios, estado ou união, deva ser totalmente transparente. Infelizmente, sabemos que em algumas situações essas locações passaram, inclusive, a ser motivo de apoio político, aluga-se a casa mais por quem está locando do que pela necessidade de utilização daquele imóvel, seja pelo município, união ou estado.

Até sugiro, e sei que o secretário Antônio Gavazzoni ou o secretário da Administração devem fazê-lo, uma revisão. Talvez tenha sido feita uma determinação do governador Raimundo Colombo para que tenhamos esse controle.

Vou citar um exemplo que me incomoda, deputado Sargento Amauri Soares. Sou da área de segurança e quero que esteja cada vez melhor, mas, muitas vezes, não temos imóveis e somos obrigados a locar. V.Exa. conhece o batalhão da Polícia Militar de São Miguel d'Oeste. Trata-se de um batalhão grande, com uma área onde existem casas que são utilizadas pelos oficiais, pelo comando. Há um critério lá para essa utilização. Uma parte da área foi utilizada para a implantação da Polícia Ambiental. Na frente, pelo

outro lado, fica a sede dos bombeiros. Enfim, o batalhão tem um espaço muito grande.

Mas foi criada uma região militar e alugou-se um prédio no centro da cidade para instalar esse comando. Ora, esse comando poderia utilizar uma ou duas salas daquele imóvel do batalhão, mas criou-se um comando regional onde, durante a noite e no final de semana, não há policiamento. E ainda bem que não vai haver ali alguém somente para cuidar do imóvel, porque senão teria que ser assim para todo cidadão.

Trata-se de um imóvel onde funciona o comando regional, com policiais de assessoria, mais os demais policiais e acabamos tendo, com essa burocracia, uns dez, doze policiais a menos nas ruas. Isso é um absurdo e incomoda-me, porque vejo a importância, a imponência do Batalhão que já existe, e a possibilidade de que aquele comando funcionasse ali, porque aí se teria mais policiais aglutinados.

Muitas vezes sou contrário à criação de novas delegacias, novos distritos quando não existe efetivo, porque é melhor ter quatro em um local do que ter dois em cada local, pois quando um sai para atender uma ocorrência, fica apenas um. Então, muitas vezes você tem que administrar com racionalidade.

Abordei esse caso para falar do projeto apresentado pelo deputado Ismael dos Santos com relação à transparência dos aluguéis no estado de Santa Catarina. É importante que tenhamos uma lei, um *site* da transparência, porque isso acontece em vários órgãos públicos, principalmente na área administrativa onde temos muitas locações para serviços que poderiam estar centralizados e, com isso, economizando para o estado, para os cofres públicos. Portanto, parabênizo essa iniciativa.

O deputado Ismael dos Santos falou sobre a questão das drogas. Nós apoiamos as pessoas que fazem esse trabalho de combate às drogas e as entidades que fazem a recuperação. Na nossa atividade policial são 30 anos acompanhando o

desespero de famílias que perdiam alguém para as drogas.

Entendo que neste ano devemos, com o Fórum Permanente, com a própria Assembleia, fazer um trabalho em nível de estado no sentido de trabalhar junto às escolas duas questões importantíssimas para a convivência, que são as drogas e o trânsito. Nas escolas precisamos ter a educação de trânsito também.

A Polícia Militar já tem um grande trabalho, o Proerd, que envolve famílias, cria motivação, união, esforços no objetivo de minimizar o problema das drogas em nossa sociedade.

Finalizando, quero falar da ajuda e apoio federal a Santa Catarina. A questão da criminalidade é nacional, nós não temos como fazer fronteira. O marginal, quando atua, não vê limite de município, de estado ou de país. Assim, parabeno o ministro da Justiça que veio a Santa Catarina conversar com o governador Raimundo Colombo; que tem envidado todos os esforços para dar condições aos gestores da segurança pública a fim de reduzir a criminalidade. Tem que haver trabalho em conjunto e sei do empenho dos policiais civis e militares nessa atuação.

Nós enfrentamos, sociedade e segurança, uma guerra desleal com a criminalidade, porque a comunidade tem sido a mais prejudicada nisso tudo. Tenho dito que quando as forças de segurança, Polícias Militar e Civil e sistema prisional estiverem desacreditados e desestimulados aí, sim, estaremos num caos social.

Cito o caso de um colega, delegado, quando há menos de um ano saiu de Balneário Camboriú para ouvir um preso no presídio de Blumenau. Ele me contou que o preso foi para a sala para ser interrogado e disse que não falaria e que quando saísse de lá iria acertar ele e sua família. Ele disse isso para o delegado. E o delegado ficou sem ação, porque é assim que a sociedade e a segurança estão, sem reação. O marginal se sentindo protegido

disse: "Não vou dar depoimento. Sei onde você mora e a tua família. Quando eu sair daqui, vou resolver isso". Vejam o clima de insegurança. A nossa legislação, o nosso sistema prisional nacional é precário, o agente prisional está dia a dia com o preso recebendo ameaças.

Sr. presidente, a questão da segurança realmente é um problema a ser repensado. Muita gente acha que sabe. É como o futebol, todos são técnicos, na segurança todo mundo faria isso e aquilo, resolveria.

Temos bons exemplos. O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, delegado José Maria Beltrame, foi quem conseguiu mudar aquele estado.

Deputado Sargento Amauri Soares, quando ocupei determinados cargos, estive no Rio de Janeiro naqueles períodos graves e me sentia constrangido ao sair em uma viatura com os agentes de segurança com metralhadora, porque não tinham coragem de sair de maneira diferente para as ruas. E o Rio de Janeiro conseguiu mudar. E Santa Catarina, que tem a melhor segurança do Brasi, tenho certeza, vai continuar e voltar à situação de normalidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos, em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para a próxima terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia, matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

